

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado**Despacho n.º 24 916/2006**

Por despacho de 17 de Novembro de 2006 do director-geral dos Registos e do Notariado são nomeadas, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de técnico superior de 1.ª classe (ficando posicionadas no 1.º escalão, índice 460), do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, as licenciadas Maria Alice Barata Lopes e Maria da Conceição de Almeida Queirós, técnicas superiores de 2.ª classe (2.º escalão, índice 415) da carreira técnica superior do mesmo quadro de pessoal, ficando exoneradas dos lugares de origem na data da aceitação dos novos lugares. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Novembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 24 917/2006

Por despachos de 12 de Julho de 2006 do Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira e de 14 de Novembro de 2006 do Secretário de Estado da Justiça, foi autorizada a transferência de Isabel Maria Feliciano Camilo Ribeiro, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Santana, para idêntico lugar do quadro da Conservatória dos Registos Civil e Predial da Nazaré (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária**Despacho (extracto) n.º 24 918/2006**

Por despacho de 17 de Janeiro de 2006 do director-nacional-adjunto da Polícia Judiciária foram os engenheiros José Pina de Loureiro Pereira Batista, especialista superior do escalão 4, Sotero Policarpo Nóbrega Freitas, especialista superior do escalão 2, e Vítor Manuel da Ponte João, especialista superior do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, a exercerem em comissão de serviço as funções de chefe de sector, nomeados em regime de comissão de serviço no cargo de chefes de área do quadro da mesma Polícia. (Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 24 919/2006

Por despacho de 13 de Outubro de 2006 do director Nacional da Polícia Judiciária:

Foi Alexandra de Fátima Ludovico Marques, especialista do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificada na categoria de especialista superior do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Artur Eduardo Lago Torres Varanda, especialista-adjunto do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificado na categoria de especialista superior do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Berta Leitão dos Santos, especialista-adjunta do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificada na categoria de especialista superior do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Bruno Jorge Possidónio Mendes Antunes, especialista auxiliar do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificado na categoria de especialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Dulce Maria Malhão Barroso, especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificada na categoria de especialista superior do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Isabel Maria Portela Monteiro Vouga, especialista auxiliar do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificada na categoria de especialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi José Carlos Melgueira Antas, especialista-adjunto do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificado na categoria de espe-

cialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Marta Cristina Teixeira da Fonseca de Lacerda, especialista-adjunta do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificada na categoria de especialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Paulo César Gomes Queirós, especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificado na categoria de especialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Foi Paulo Jorge Rodrigues Osório Pinto, especialista-adjunto do escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificado na categoria de especialista do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento**Despacho (extracto) n.º 24 920/2006**

Por meu despacho de 26 de Outubro de 2006, foi renovada à licenciada Maria Manuel Ribeiro Ferreira Bastos, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, a sua comissão de serviço para exercício das funções de consultora do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades****Despacho n.º 24 921/2006**

Veio a Águas do Ave, S. A., empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Ave, criada pelo Decreto-Lei n.º 135/2002, de 14 de Maio, requerer a declaração de utilidade pública da expropriação com carácter de urgência de uma parcela de terreno situada na freguesia de Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães, tendo em vista a execução da obra do sistema de elevação do sector de Vizela (duplicação) — FD4, inserida no sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Vale do Ave.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, pelo despacho n.º 16 162/2005, de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 156/DSJ, de 20 de Setembro de 2006, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação da parcela de terreno identificada no mapa anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

Autorizo ainda que, durante a execução dos trabalhos de construção, sejam ocupadas temporariamente as faixas marginais do prédio abrangido pela presente expropriação, nos termos do artigo 18.º do Código das Expropriações, numa largura variável em função das necessidades decorrentes do projecto aprovado.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da sociedade Águas do Ave, S. A.

9 de Novembro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.